

26-02-2021

As prioridades para vacinação no Brasil - entre a Necropolítica e o Microfascismo Individual

Fatima Sueli Neto Ribeiro

[Doutora em Saúde Pública. Coordenadora do Grupo de Ensino e Pesquisa em Câncer - GEPEC da UERJ/Universidade do Estado do Rio de Janeiro]

“Não somente o fascismo histórico de Hitler e de Mussolini - que tão bem souberam mobilizar e utilizar o desejo das massas, mas o fascismo que está em nós todos, que martela nossos espíritos e nossas condutas cotidianas.” (Foucault, 1991:82)

Nos dias atuais, segundo mês do ano de 2021, já não se faz novidade a triste situação do Brasil. Porquanto possui as maiores riquezas naturais do planeta, o potencial econômico e a diversidade climática e social que poderia torná-lo praticamente autossustentável, desde 2019 convive com um governante que, submetido aos interesses financeiros e do capital da necropolítica, definiu o conflito e a discórdia como estratégia de governo. Com a chegada da Pandemia do Novo Coronavírus, o Covid-19, esse governante passou a adotar a estratégia cênica de negar as evidências internacionais, promover medicamentos inócuos, contrapor-se à ciência e promover factóides que impedem a visualização do acelerado processo de tomada do país por milícias armadas e a venda progressiva de empresas nacionais num empobrecimento galopante do país. É chegado o momento em que já não se faz possível ocultar ou fantasiar a eficácia e a necessidade da vacinação coletiva. Na continuidade do jogo cênico, por um ministro da saúde desqualificado e desorientado, decisões equivocadas e subservientes aos devaneios do governante têm levado o país a mais de 240 mil óbitos na pandemia, registros diários de óbitos e outras dezenas ou milhares pela ausência de insumos básicos como oxigênio hospitalar.

A falta de planejamento para a economia em tempo de exceção e para a aquisição de vacinas colocou o Brasil como o pior país para a gestão da pandemia no mundo.

E assim, no momento atual cabe sobreviver à crise anunciada e tentar reduzir os danos estabelecendo prioridades para o restrito número de vacinas disponíveis. Decisão transferida aos gestores de saúde municipais que assumiram a proteção da população com maior idade, seguido dos profissionais de saúde sob a pressão da mídia alardeando a necessidade do retorno das aulas presenciais e do modelo de consumo capitalista. Esta curtíssima síntese do cenário brasileiro atual se presta para ilustrar a tese de que o governo brasileiro atual, compreendendo os poderes executivo, legislativo, judiciário e militar, está comprometido com o modelo que Foucault chamou de Biopolítica. Em que cabe ao governante a gestão da vida através de políticas públicas em defesa de (algumas) vidas. O biopoder justifica a morte de alguns, considerados corpos degenerados, para potencializar a vida dos outros, eis o dilema atual das vacinas.

Corroborar esta hipótese a edição especial do boletim “Direitos na Pandemia – Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19 no Brasil” publicizado em 21 de janeiro de 2021 e produzido pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário da Universidade de São Paulo e a Conectas Direitos Humanos. Este estudo conclui pela existência de uma estratégia institucional de propagação do vírus, promovida pelo governo brasileiro sob a liderança da presidência da república. Descreve, através de uma linha do tempo, os atos normativos da União, atos de obstrução aos governos estaduais e municipais; e propaganda contra a saúde pública, além de notícias falsas e informações técnicas sem comprovação científica, com o propósito de desacreditar as autoridades sanitárias, enfraquecer a adesão popular às recomendações de saúde e promover o ativismo político contra as medidas de saúde pública necessárias para conter o avanço da Covid-19. Os resultados são conhecidos, a taxa de mortalidade por covid em indígenas é 16% maior do que a taxa na população, a incidência e mortalidade foram mais acentuadas nas cidades com maior desigualdade econômica (Demenech, 2020) e maior índice de pobreza (Programa Cidades Sustentáveis). E a letalidade foi maior nos estados do nordeste e entre negros, pardos e indígenas (Ranzani, 2021). A Biopolítica não é novidade num poder regulamentador, mas atualmente identifica-se uma aliança entre o governo, a biomedicina e o judiciário que se apropriaram de uma racionalidade biomédica para potencializar a vida através de medidas sanitárias que excluem deliberadamente as pessoas em situação de vulnerabilidades, diferenças raciais e econômicas.

Num estado de exceção, quando um país está ameaçado e são suprimidas prerrogativas constitucionais isto se expressa na supressão de direitos individuais.

Embora já estivesse ocorrendo no Brasil, a pandemia propiciou a eliminação de direitos básicos no cotidiano e a desigualdade foi potencializada. Chega-se a naturalizar óbitos por diferenças raciais e econômicas e a legitimar a saúde e a segurança de uma parcela da população em detrimento de outras. Assim se estabelece a necropolítica, que evidencia a eliminação de corpos e potencializa o Biopoder. Uma nova prática de Biopolítica surge neste contexto: a gestão da vida pelo capital, onde não apenas o corpo é alvo de práticas cooptadoras, como também os afetos, os pensamentos, a criatividade, a imaginação e outros modos da alma humana são privatizados em prol de uma produção biopolítica: é a vida mesma que se torna objeto de produção no capitalismo tardio do espetáculo, do consumo e trabalho intelectual (Fonseca, 2008).

O Biopoder exercido sob a necropolítica propicia o microfascismo. Alimentado pelas lideranças políticas e religiosas, manipulando dados e situações de realidade, são estabelecidas práticas de exceção que, no âmbito do micropolítico, incorporam gestos que habitam os

↑ pensamentos, as atitudes e os corpos.

continua



<p>Alcançam o nível totalitário, definindo valores exercidos nas pequenas ações cotidianas de um grupo. Logo, o microfascismo em cada um se configura nas práticas de exceção adotadas no momento contemporâneo. Atitudes assumidas a partir do referencial da ameaça à vida, representada pela pandemia, extrapola a nossa dimensão ética e são reforçadas pelos reflexos psíquicos e emocionais quando a sobrevivência passa a ter limites de circulação pelos territórios, de comportamento e de atitudes ditadas por uma racionalidade externa e cobradas por ações coercitivas. Tais atitudes são justificadas para garantir a sobrevivência de alguns corpos estabelecidos pela supremacia econômica, dimensões tão absurdas quantas outras conotações negacionistas atualmente em voga.</p>	<p>Neste momento da pandemia, sob um modelo autoritário, corrupto e corruptor, o Brasil adota a Biopolítica como modelo e executa a necropolítica. Essa tem sido a estratégia do governo brasileiro no combate à pandemia e que delega aos governantes estaduais e municipais a decisão de elegerem quais são os corpos que não serão imunizados frente aos restritos números de vacinas que o governo federal viabilizou, corroborando a necropolítica exercida pelo biopoder e que apresenta o perigoso risco de se manter para muito além deste período. ■ ■ ■</p> <p>Referências:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Fonseca, TMG et al. Microfascismos em nós: prá. exec. contempor. Psi. clín., 20,2,2008. (veja) ■ Ranzani, OT et al. Characterisation of the first 250000 hosp. admissions for COVID-19 in Brazil: a retrospective analysis of nationwide data. The Lancet – Respiratory Medicine,15,2021. (veja) ■ Programa Cidades Sustentáveis. Mapa da Desigualdade: Renda e Mortalidade por COVID-19 nas capitais brasileiras. Publicado em 26/05/2020. (veja)
<p><i>OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.</i></p>	